

Justos Seguros S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Demonstrações financeiras	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 representou um marco relevante na trajetória da Justos. Foi um ano de consolidação, amadurecimento institucional e importantes avanços estratégicos.

Durante o período, a Companhia passou a atuar como seguradora classificada na categoria S3, assumindo integralmente a responsabilidade por seus produtos, subscrição e emissões. Essa transição representou uma virada estrutural, fortalecendo a governança, ampliando a autonomia operacional e consolidando a Justos como protagonista do seu próprio modelo de negócios.

O ano foi caracterizado por crescimento consistente em indicadores operacionais e financeiros. Houve aumento no volume de prêmios emitidos, expansão da base de clientes, ampliação do número de corretores parceiros e crescimento no volume de sinistros pagos, refletindo tanto a evolução da carteira quanto o compromisso com a pronta liquidação das obrigações.

A Companhia também registrou aumento no volume de aportes realizados, fortalecendo sua estrutura de capital e garantindo suporte ao plano de crescimento sustentável.

Histórico e Origem da Companhia

Fundada em 2021, a Justos nasceu a partir da convicção de que grandes empresas são construídas por pessoas alinhadas em propósito, confiança e visão de longo prazo. Antes mesmo da definição do produto, seus fundadores decidiram construir juntos, partindo da premissa de que enfrentar desafios complexos ao lado das pessoas certas é o fator mais determinante para o sucesso sustentável.

Desde sua origem, a Companhia atua com foco em inovação responsável, disciplina técnica e crescimento sustentável.

Propósito e Cultura Organizacional

A Justos tem como missão contribuir para um mundo mais seguro, ampliando o acesso ao seguro e promovendo maior justiça na precificação e na experiência do cliente.

Sua cultura organizacional é sustentada por três pilares fundamentais:

Cuidado Incansável: Atuar com empatia, agilidade e responsabilidade na resolução das necessidades dos clientes, especialmente em momentos críticos.

Confiança Genuína: Promover autonomia com responsabilidade, alinhamento claro de expectativas e uso eficiente de recursos.

Colaboração Contagante Estimular cooperação entre áreas, construção conjunta de soluções e ambiente de diálogo construtivo, priorizando o melhor interesse da Companhia.

A cultura da Justos é reconhecida como um ativo estratégico essencial para a execução da sua estratégia de longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de reais)

Prêmios Emitidos: Os prêmios emitidos totalizaram R\$ 72.419 mil em 2025, em comparação a R\$ 822 mil em 2024.

Sinistros: Os sinistros pagos totalizaram R\$ 28.578 mil no exercício, refletindo a expansão da carteira e a manutenção do compromisso com agilidade e responsabilidade na liquidação.

As **aplicações financeiras** totalizaram R\$ 36.218 mil ao final do exercício, com alocação majoritária em ativos de baixo risco e alta liquidez, em conformidade com a regulamentação vigente da SUSEP.

O exercício foi marcado pelo fortalecimento da base de capital da Companhia, com aportes adicionais realizados pelos acionistas, garantindo suporte ao crescimento sustentável.

Relacionamento com Clientes e Reputação

Em 2025, a Justos manteve posição de destaque nas principais plataformas de avaliação de consumidores, incluindo o Reclame Aqui, reforçando seu compromisso com excelência no atendimento e resolução eficiente de demandas.

A experiência digital, aliada ao atendimento humanizado, continua sendo diferencial competitivo relevante.

Nosso Time

A Companhia conta com um time multidisciplinar, distribuído em diversas regiões do Brasil e do exterior, caracterizado por elevada qualificação técnica, autonomia e forte alinhamento cultural.

A estrutura organizacional enxuta permite agilidade na tomada de decisões e capacidade de adaptação às mudanças do mercado.

Gerenciamento de Riscos

A Justos mantém estrutura formal de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos de subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional. Os controles internos são continuamente avaliados e aprimorados, assegurando aderência às exigências regulatórias e fortalecimento do ambiente de governança.

No âmbito da mitigação de risco de crédito e concentração, a Companhia adota painel de resseguradores selecionados com base em critérios técnicos, capacidade financeira e ratings atribuídos por agências classificadoras reconhecidas, com monitoramento contínuo das contrapartes.

Mensagem Final

A evolução observada entre 2024 e 2025 evidencia amadurecimento institucional, fortalecimento estrutural e consistência estratégica. A Administração manifesta orgulho pelo caminho percorrido e confiança no futuro que está sendo construído.

Seguiremos firmes no propósito de tornar o seguro mais justo, mais transparente e mais eficiente, gerando valor sustentável para clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

Agradecimento

A Justos Seguros S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Justos Seguros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Justos Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações contábeis pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Bruna Campos Peagno
Contadora CRC 1SP-294.016/O-0

JUSTOS SEGUROS S.A.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE		<u>125.517</u>	<u>12.120</u>
Disponível	6	<u>18.355</u>	<u>131</u>
Caixa e equivalentes de caixa		18.355	131
Aplicações	7	<u>36.218</u>	<u>11.571</u>
Créditos das operações c/seguros e resseguros		<u>36.912</u>	<u>146</u>
Prêmios a receber	8.1	17.443	-
Outros créditos operacionais		2.691	-
Operações com resseguradoras	8.2	16.778	146
Títulos e créditos a receber		<u>8.129</u>	<u>254</u>
Outros créditos a receber	9.1	7.646	71
Créditos tributários e previdenciários	9.2	446	183
Adiantamentos a funcionários		37	-
Custos de aquisição diferidos	10	<u>6.826</u>	<u>-</u>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	11	<u>19.077</u>	<u>18</u>
 TOTAL DO ATIVO		 <u>125.517</u>	 <u>12.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUSTOS SEGUROS S.A.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CIRCULANTE		<u>82.910</u>	<u>420</u>
Contas a pagar	12	<u>5.540</u>	<u>130</u>
Obrigações a pagar		1.731	88
Impostos e encargos sociais a recolher		2.369	22
Encargos trabalhistas		1.374	-
Impostos e contribuições		66	20
Débitos de operações com seguros e resseguros		<u>38.923</u>	<u>247</u>
Operações com resseguradoras	13.a	33.549	247
Corretores de seguros e resseguros		5.374	-
Provisões técnicas - seguros	14	<u>38.447</u>	<u>43</u>
Provisões Técnicas Prêmios - Danos		27.022	32
Provisões Complementares de Cobertura - Danos		211	-
Provisões Técnicas Sinistros - Danos		10.302	11
Provisões Técnicas IBNR - Danos		912	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	<u>42.607</u>	<u>11.700</u>
Capital social		40.100	12.100
Aumento de capital em aprovação		19.000	
Reservas de Lucros		151	151
Prejuízos acumulados		(16.644)	(551)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>125.517</u>	<u>12.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	16.a	72.419	822
Variações das provisões técnicas de prêmios	16.b	(27.201)	8
Prêmios ganhos		45.218	830
(-) Sinistros ocorridos	16.c	(36.045)	(336)
(-) Custos de aquisição	18.d	(12.255)	-
(-) Outras receitas e despesas operacionais		(54)	(145)
Resultado com resseguros	16.e	563	(140)
Despesas administrativas	16.f	(15.348)	(762)
Despesas com tributos	16.g	(784)	(311)
Resultado financeiro	16.h	2.612	932
Resultado operacional		(16.093)	68
Resultado antes dos impostos e contribuições		(16.093)	68
Imposto de Renda		-	(7)
Contribuição Social		-	(7)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício		(16.093)	54
Quantidade de ações		68.972.275	4.000.000
Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		(0,23)	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(16.093)</u>	<u>54</u>
Resultado abrangente total	<u>(16.093)</u>	<u>54</u>
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	<u>(16.093)</u>	<u>54</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de Lucro	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	4.000	-	151	(605)	3.546
Aumento de Capital em Aprovação Conf. AGE de 01/02/2024 e 20/05/2024	-	4.100	-	-	4.100
Aumento de Capital em Aprovação Conf. AGE de 25/02/2024 e 20/05/2024	-	4.000	-	-	4.000
Aprovação de Aumento de Capital Conforme Portaria SUSEP nº 2056 de 21/06/2024	4.100	(4.100)	-	-	-
Aprovação de Aumento de Capital Conforme Portaria SUSEP nº 2065 de 27/06/2024	4.000	(4.000)	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	54	54
Saldos em 31 de dezembro 2024	12.100	-	151	(551)	11.700
Aumento de capital conforme AGE de 30/06/2025	-	3.000	-	-	3.000
Aprovação capital conforme portaria SUSEP nº 2899 de 15/12/2025	3.000	(3.000)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 26/08/2025	-	25.000	-	-	25.000
Aprovação capital conforme portaria SUSEP nº 2911 22/12/2025	25.000	(25.000)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 11/11/2025	-	19.000	-	-	19.000
					-
Resultado do exercício	-	-	-	(16.093)	(16.093)
Saldos em 31 de dezembro 2025	40.100	19.000	151	(16.644)	42.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do Exercício	(16.093)	54
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(24.647)	(7.863)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(36.766)	133
Outros créditos a receber	(7.574)	(149)
Créditos tributários e previdenciários	(263)	-
Adiantamentos trabalhista	(37)	-
Custos de aquisição diferidos	(6.826)	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(19.059)	141
Obrigações a pagar	1.643	(197)
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.347	12
Encargos trabalhista	1.374	-
Impostos e Contribuições	46	3
Débitos de operações com seguros e resseguros	38.676	72
Provisões técnicas - seguros e resseguros	38.403	(285)
Caixa consumido pelas operações	(28.776)	(8.080)
Caixa líquido consumido pelas operações	(28.776)	(8.080)
Atividades de Investimento		
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente	-	-
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	-	-
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	47.000	8.100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	47.000	8.100
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18.224	20
Caixa no início do período	131	111
Caixa no fim do período	18.355	131
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18.224	20

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Justos Seguros S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado cujo controlador é a Justos Brasil Participações Ltda, sendo em última instância a Justos Seguros Holdings Limited (Cayman).

Foi constituída em 31 de março de 2022, está sediada na cidade de São Paulo e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8.020/22, pelo tempo determinado de até 36 (trinta e seis) meses, correspondentes à vigência da autorização temporária concedida pela SUSEP, em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), nos termos do Edital Eletrônico nº 1/2021/SUSEP, da Resolução CNSP nº 381/2020 e Circular SUSEP nº 598/2020.

A Companhia iniciou suas atividades no exercício de 2022 e atualmente vem atuando especificamente no ramo de automóvel em todo território nacional.

Em fevereiro de 2025 foi autorizada a operar como seguradora S3 conforme portaria Susep nº049 de 21 de janeiro de 2025. No período, foi apurado prejuízo de R\$ 16.093, principalmente em decorrência dos investimentos realizados na estruturação da operação, incluindo desenvolvimento de tecnologia, formação da equipe, despesas comerciais e administrativas, bem como custos relacionados ao início da operação com S3

Durante o exercício, a Companhia recebeu aportes de seus investidores, reforçando sua estrutura de capital e assegurando recursos financeiros suficientes para suportar o plano de negócios e honrar seus compromissos de curto e médio prazo. Dessa forma, a Administração não identificou incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional.

Trata-se de uma empresa em estágio inicial (startup), para a qual é natural que o negócio ainda não opere em sua plena capacidade e que a geração de lucro seja uma perspectiva a ser alcançada ao longo da maturação da operação.

O plano estratégico da Administração contempla a expansão da base de clientes, ganhos de escala operacional e melhoria progressiva de eficiência, com expectativa de evolução dos resultados nos próximos exercícios e reversão dos prejuízos acumulados à medida que a operação atinja maior maturidade e diluição dos custos fixos.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular 648 de 2021, atualizada pela Circular 678 de 2022 e alterações posteriores e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, a Companhia observa as disposições da Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024, que estabelece normas aplicáveis aos contratos de seguro no Brasil, com vigência a partir de 11 de dezembro de 2025. A Administração está avaliando os eventuais impactos da referida legislação sobre seus contratos, processos operacionais e divulgações. Até a presente data, não foram identificados efeitos relevantes que alterem os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação adotados na preparação destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados a valor justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Valor justo das aplicações financeiras;
- Nota explicativa nº 14 – Provisões técnicas.

e. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas adiante foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como ‘caixa restrito’, bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. e
- Custo Amortizado.

Seguradoras que operam no seguimento S3, devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados nessa categoria os ativos financeiros mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, cujos fluxos consistam exclusivamente em pagamentos de principal e juros. Esses ativos são mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para o resultado quando da baixa do ativo.

Custo Amortizado

A Seguradora classifica nessa categoria os ativos financeiros mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é o recebimento de fluxos de caixa contratuais, cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Nessa rubrica incluem-se, entre outros, títulos de mobilidade, prêmios a receber de seguradoras, títulos e créditos a receber e recebíveis decorrentes da prestação de serviços. Tais ativos financeiros não derivativos, que não são negociados em mercado ativo, são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e avaliados, em cada data de balanço, quanto à existência de perdas esperadas de crédito, conforme o modelo de impairment previsto no CPC 48.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período.

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

e. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado.

f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a Companhia não possui contingências ativas e passivas.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g. Classificação dos contratos de seguros

O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

h. Provisões Técnicas

A regulamentação vigente institui regras e procedimentos relacionados às Provisões Técnicas das sociedades seguradoras, através da Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações, e da Circular SUSEP nº 648/2021.

De acordo com esta Resolução, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas:

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG corresponde à parcela dos prêmios emitidos relativos a riscos já assumidos pela seguradora, mas cujo período de cobertura ainda não transcorreu na data-base das demonstrações financeiras. Essa provisão tem por finalidade assegurar o reconhecimento contábil adequado da receita de prêmios ao longo do período de vigência do risco, observando o princípio da competência. Seu cálculo é realizado de forma proporcional ao período de risco a decorrer, podendo adotar metodologia pro rata die ou outra metodologia atuarialmente consistente e devidamente justificada, conforme permitido pela regulamentação vigente.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – (PPNG-RVNE) destina-se à cobertura de riscos cujo início de vigência já ocorreu na data-base, mas cujas respectivas apólices ou documentos contratuais ainda não foram formalmente emitidos. Essa provisão tem por objetivo assegurar a adequada constituição de passivos técnicos mesmo na ausência de emissão formal do prêmio, refletindo a existência de cobertura já concedida. Sua mensuração deve observar critérios consistentes com os adotados para a PPNG, com base nas informações disponíveis acerca do risco assumido e da estimativa de prêmio correspondente.

A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR representa a estimativa atuarial dos sinistros já ocorridos até a data-base, mas que ainda não foram comunicados à seguradora. Trata-se de um componente essencial do passivo de sinistros, cuja mensuração depende da aplicação de métodos atuariais baseados em dados históricos de frequência, severidade e padrões de reporte. O objetivo do IBNR é assegurar que as demonstrações financeiras reflitam integralmente as obrigações decorrentes de eventos já ocorridos, ainda que não formalmente conhecidos pela seguradora.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando verificada insuficiência das provisões técnicas em relação ao valor das obrigações assumidas pela seguradora, apurado com base em avaliação atuarial prospectiva. Sua finalidade é assegurar que o montante total das provisões técnicas seja suficiente para a cobertura integral dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando prêmios a apropriar, sinistros a liquidar (incluindo IBNR e IBNeR), despesas relacionadas e demais obrigações contratuais.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O **Custo de Aquisição Diferido – CAD** corresponde aos gastos diretamente relacionados à obtenção e emissão de contratos de seguro, como comissões e despesas de comercialização, que são registrados como ativo e apropriados ao resultado ao longo da vigência da apólice. Seu objetivo é assegurar o adequado reconhecimento das despesas em conformidade com o princípio da competência, alinhando os custos de aquisição ao período em que os respectivos prêmios são reconhecidos como receita, conforme a regulamentação vigente aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP.

A **Provisão de Despesas Relacionadas – PDR** corresponde à estimativa das despesas necessárias à regulação e liquidação de sinistros ocorridos até a data-base. Seu cálculo é realizado com base na experiência histórica da seguradora, observando metodologia consistente e os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial, em conformidade com a regulamentação vigente da SUSEP.

i. Ativos e Passivos de Resseguros

A Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com rating de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro.

j. Bens e Salvados

A Seguradora reconhece os valores relativos a bens salvados no resultado do período quando do efetivo recebimento financeiro, considerando esse como o momento em que se verifica a realização do direito.

k. Resultado por ações

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 16.093, R\$54 em 2024. A quantidade ações no período foi de 68.972.275, 4.000.000 em 2024, resultando em prejuízo básico por ação de R\$ 0,23, R\$0,01 em 2024.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são reconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

O imposto de renda do exercício é apurado com base no lucro ajustado, com cálculo realizado trimestralmente. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é aplicado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 mil ao ano. Já a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada conforme a alíquota vigente de 15%.

m. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de aumentar a comparabilidade e a transparência das informações	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
Reforma Tributária	Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 institui a substituição gradual de tributos sobre o consumo por um modelo de IVA dual (CBS e IBS), com implementação faseada nos próximos anos. A Seguradora acompanha os desdobramentos regulatórios para avaliar eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.	Será implementada de forma gradual, com início das fases de transição a partir de 1º de janeiro de 2026 , seguindo até 2033 , quando o novo modelo tributário de consumo estará totalmente em vigor

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.

5. Gerenciamento de riscos

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a. Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de celulares, automóveis e acidentes pessoais são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.

No âmbito do gerenciamento de riscos, a Companhia utiliza painel de resseguradores como instrumento de mitigação do risco de crédito e de concentração, adotando critérios técnicos para sua seleção e manutenção. A composição do painel observa a capacidade financeira, os ratings atribuídos por agências classificadoras reconhecidas e a diversificação entre contrapartes, de forma a reduzir a exposição a inadimplemento e fortalecer a solvência das operações. O monitoramento é realizado de forma contínua, com revisão periódica das classificações de risco e dos limites de cessão estabelecidos.

Nota 5.a – Painel Resseguradoras

Resseguradora	Classificação	Classificação de Risco	Agência de Rating	Cessão do Risco
SCOR Brasil Resseguros	Local	A+	Fitch Ratings	40%
MS Amlin	Eventual	A	S&P Global	30%

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via meios de recebimentos de prêmios, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em quotas de fundos de investimentos de renda fixa.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

5.b. Gerenciamento de risco de créditos

			31/12/2025
Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa		18.355	18.355
Valor justo por meio do resultado		-	-
Aplicações	36.218	-	36.218
Exposição máxima ao risco de crédito	36.218	18.355	54.572

			31/12/2024
Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa		131	131
Valor justo por meio do resultado		-	-
Aplicações	11.571	-	11.571
Exposição máxima ao risco de crédito	11.571	131	11.702

5.c Comparativo Taxa de Juros

					31/12/2025
Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado	
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	36.218	162	401,13%	
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	36.218	(162)	-401,13%	

					31/12/2024
Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado	
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	11.571	38	-505,30%	
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	11.571	(38)	505,30%	

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.d - Risco operacional

		31/12/2025		
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	36.045	10.814	0,07%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	36.045	10.814	0,07%

		31/12/2024		
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	336	101	-107,43%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	336	(101)	107,43%

5.e - Distribuição Geográfica

31/12/2025				
Classe	Prêmio de Seguros *	%Participação	Sinistros Avisados**	%Participação
Centro-Oeste	2.034	2,82%	1.132	2,91%
Nordeste	3.721	5,16%	2.350	6,04%
Norte	497	0,69%	140	0,36%
Sudeste	54.808	76,01%	28.774	74,02%
Sul	11.042	15,32%	6.476	16,66%
Total	72.102	100%	38.872	100%

31/12/2024				
Classe	Prêmio de Seguros *	%Participação	Sinistros Avisados	%Participação
Centro-Oeste	17	2,04%	-	0,00%
Nordeste	31	3,78%	30	7,05%
Norte	7	0,86%	-	0,00%
Sudeste	675	82,04%	303	71,75%
Sul	93	11,28%	89	21,20%
Total	822	100,00%	422	100,00%

*Não incluídos valores de RVNE;

** Provisões de sinistros não incluídas.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Disponível

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	18.355	131
Total	18.355	131

7. Aplicações

7.a Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

		31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	36.218	36.218	36.218	36.218	100%
Título de renda fixa – Privado XP Título Flutuantes	10.480	10.480	10.480	10.480	100%
Título de renda fixa XP Título LFT Pôs Fixados	8.024	8.024	8.024	8.024	100%
Quota de fundo de investimento -XP FIRF	14.674	14.674	14.674	14.674	100%
Quotas de outros fundos de Invest. R. Fixa Santander Fundo DI	3.040	3.040	3.040	3.040	100%
Total	36.218	36.218	36.218	36.218	100%

		31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	11.571	11.571	11.571	11.571	100%
Quota de fundo de investimento -XP FIRF	3.897	3.897	3.897	11.571	100%
Quotas de Fundos Itaú Corporate - Diferenciado Renda Fixa	7.674	7.674	7.674	11.571	100%

Para fazer face as coberturas das reservas técnicas a Companhia, em 2025, vinculou títulos no valor de R\$ 33.178, representado por 92% de total da carteira e apenas 8% ficaram livres.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.b Vencimentos

Vencimento nas emissões dos papéis	31/12/2025	31/12/2024
2026	10.480	-
2027	4.013	-
2028	4.011	-
Sem vencimento	17.714	11.571
Total	36.218	11.571

7.c - Movimentação das Aplicações Financeiras

	31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2025
Itaú Institucional DI RF	7.674	12.446	(20.748)	825	-
Itaú CDB DI	-	3.000	(3.001)	4	-
Fundo XP Reserva Técnica FIRF	3.897	10.073	-	704	14.674
Fundo DI PRÊMIO Reserva Técnica Santander	-	3.000	-	40	3.040
Fundo DI PRÊMIO Livre Santander	-	6.100	(6.283)	205	-
XP -Título CDB flutuante	-	5.200	(2.060)	174	3.314
XP -Título CDB flutuante Reserva técnicas	-	6.978	(153)	342	7.167
XP -Título CDB flutuante Reserva técnicas	-	7.491	-	532	8.023
Total	11.571	54.288	(32.245)	2.826	36.218

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2024
Itaú Institucional DI RF	-	7.900	(882)	656	7.674
Fundo XP Reserva Técnica FIRF	3.708	-	(200)	389	3.897
Total	3.708	7.900	(1.082)	1.045	11.571

7.d - Ativos em cobertura de provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira vinculada	33.178	3.897
Total dos ativos em cobertura	33.178	3.897
Provisões Técnicas - Seguros	38.447	43
(-) Ativos redutores - PSL	(6.056)	(4)
(-) Ativos redutores - IBNR	(461)	(2)
(-) Direitos creditórios	(16.095)	-
(-) Ativo de Resseguro Redutores de PPNG	(167)	-
Total a ser coberto	15.668	37
Suficiência de Cobertura	17.510	3.860

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos das operações com seguros e resseguros

8.1 Créditos das operações com seguros

Créditos com as operações de seguros são constituídos pelos prêmios a receber emitidos pela companhia e pelos valores de Prêmio de Risco Vigente e Não Emitidos (RVNE).

8.1 a Prêmios a Receber

			<u>31/12/2025</u>
	Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	<u>17.443</u>	<u>-</u>	<u>17.443</u>
			<u>31/12/2024</u>
	Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

8.1 b. Composição quanto aos prazos de vencimento

A vencer	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
0 a 60 dias	6.108	-
61 a 120 dias	5.182	-
121 a 180 dias	3.655	-
181 a 365 dias	2.181	-
Total	<u>17.126</u>	<u>-</u>
RVNE	317	-
Total	<u>17.443</u>	<u>-</u>

8.1 c Movimentação de Prêmios a Receber

<u>Saldo 31/12/2024</u>	<u>Total</u>
Prêmios Emitidos	74.290
Prêmios Cancelado	(1.741)
Prêmios Restituído	(446)
Prêmios RVNE	317
Prêmio Recebido	(4.976)
Saldo 31/12/2025	<u><u>17.443</u></u>

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. 2 Créditos das operações com resseguros

Créditos com as operações de resseguro são constituídos pelos valores de indenização e despesas de sinistros já liquidados ao segurado e pendente de liquidação com os resseguradores, líquidos da redução ao valor recuperável. Tais créditos possuem vencimento no prazo de até 60 dias.

8. a Operações com resseguradoras

			31/12/2025
	Créditos com resseguradora	Redução ao valor recuperável	Créditos com Resseguradora Líquido
Resseguradora Local	11.112	(193)	10.919
Resseguradora Eventual	6.068	(209)	5.859
	17.180	(402)	16.778
Sinistros	16.926		
Despesa de Sinistro	254		
	17.180		

			31/12/2024
	Créditos com resseguradora	Redução ao valor recuperável	Créditos com Resseguradora Líquido
Resseguradora Local	146	-	146
Resseguradora Eventual	-	-	-
	146	-	146
Sinistros	146		
	146		

9. Títulos e créditos a receber

9.1 Outros créditos a receber

Referem-se a valores decorrentes de transações realizadas por meio de cartões de pagamento, processadas por adquirente contratada, cujo repasse financeiro ocorre em prazo contratual de até 30 dias. Tais valores são reconhecidos pelo montante líquido a receber e classificados no ativo circulante

9.a Outros Créditos a Receber

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Créditos	7.646	71
Total	7.646	71

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Créditos tributários e previdenciários

9.b Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	309	136
Cofins a compensar	116	1
Pis a compensar	21	1
Outros	-	45
Total	446	183

10. Custos de aquisição diferidos

10.a Movimentação do Custo de Aquisição Diferido

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025
CAD	-	59.834	(53.008)	6.826
Total	-	59.834	(53.008)	6.826

11. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

Ativos de resseguro são compostos pelas parcelas das provisões técnicas cedidas aos resseguradores, apuradas de acordo com os percentuais e condições estabelecidos nos contratos vigentes. Tais valores são reconhecidos de forma consistente com as respectivas provisões técnicas brutas.

Do montante cedido é deduzida a variação das comissões de resseguro diferidas, registradas no ativo circulante, refletindo a apropriação ao resultado ao longo da vigência dos contratos, em observância ao regime de competência.

	31/12/2025		
	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Total ativos de resseguros - provisões técnicas
Resseguradora Local	7.177	3.751	10.928
Resseguradora Eventual	5.383	2.766	8.149
	12.560	6.517	19.077

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			<u>31/12/2024</u>
	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Total ativos de resseguros - provisões técnicas
Resseguradora Local	12	6	18
Resseguradora Eventual	-	-	-
	12	6	18

12. Contas a pagar

12.a Obrigações a Pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	1.284	76
Remuneração e gratificações a pagar	-	4
Demais obrigações a pagar	447	8
Total obrigações a pagar	1.731	88

12.b Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	270	4
ISS a recolher	23	-
IOF s/emissões	1.688	5
INSS a recolher	220	-
Contribuições para o FGTS	85	-
CSRF a recolher	83	4
Outros impostos e encargos sociais	-	9
Total impostos e encargos sociais a recolher	2.369	22

12.c Encargos trabalhista

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS sobre provisão de férias	1.017	-
INSS s/ provisão de férias	277	-
FGTS s/ provisão de férias	80	-
Total impostos e encargos sociais a recolher	1.374	-

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.d Impostos e contribuições

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cofins a recolher	57	6
Pis a recolher	9	1
IRPJ/CSLL a pagar	-	13
Total impostos e contribuições a recolher	<u><u>66</u></u>	<u><u>20</u></u>
Total Geral	<u><u>5.540</u></u>	<u><u>130</u></u>

13. Débitos de operações com seguros e resseguros
13.a Operações com resseguradoras

			<u>31/12/2025</u>
	Resseguradora Local	Resseguradora Eventual	Total Operação com resseguradoras
Prêmios cedidos	23.649	14.909	38.558
Comissões s/prêmios cedidos	(4.730)	(2.982)	(7.712)
Salvados e ressarcimentos	2.703	-	2.703
	<u>21.622</u>	<u>11.927</u>	<u>33.549</u>

			<u>31/12/2024</u>
	Resseguradora Local	Resseguradora Eventual	Total Operação com resseguradoras
Prêmios cedidos	325	-	325
Comissões s/prêmios cedidos	(77)	-	(77)
	<u>247</u>	<u>-</u>	<u>247</u>

13.b Comissões de seguros e resseguros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Comissões s/prêmios cedidos	(5.374)	-
	<u>(5.374)</u>	<u>-</u>

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões técnicas – seguros

14.a Provisões Técnicas

	31/12/2025				
Ramo	Prêmios não ganhos	Provisão Complementar	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos, mas não avisados	Total
Automóvel	27.022	211	10.302	912	38.447
Total - danos	27.022	211	10.302	912	38.447

	31/12/2024				
Ramo	Prêmios não ganhos	Provisão Complementar	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos, mas não avisados	Total
Automóvel	32	-	8	3	43
Total - danos	32	-	8	3	43

14.b Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	32	132.111	(105.121)	-	27.022
Provisão Complementar	-	211	-	-	211
Sinistros a liquidar	8	58.310	(19.438)	(28.578)	10.302
IBNR	3	1.713	(804)	-	912
Total	43	192.345	(125.363)	(28.578)	38.447

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	40	414	(422)	-	32
Sinistros a liquidar	225	524	(102)	(639)	8
IBNR	63	431	(491)	-	3
Total	328	1.369	(1.015)	(639)	43

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.c Desenvolvimento de Sinistro
Sinistros Brutos de Resseguro

Ano de Ocorrência	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	615	485	39.276
Um ano após a ocorrência	539	495	-
Dois anos após a ocorrência	539	-	-
Posição em 31/12/2025	539	495	39.276
Diferença de estimativas final e inicial	(76)	10	-

Pago Acumulado	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	389	477	28.561
Um ano após a ocorrência	539	495	-
Dois anos após a ocorrência	539	-	-
Posição em 31/12/2025	539	495	28.561
PSL em 31/12/2025	-	-	10.716
IBNER			126
Salvado PSL			(540)
IBNR			787
PDR			125
Total Provisão (PSL, IBNR, PDR)			11.214

Sinistros Cedidos

Ano de Ocorrência	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	307	242	24.048
Um ano após a ocorrência	269	247	0
Dois anos após a ocorrência	269	0	0
Posição em 31/12/2025	269	247	24.048
Diferença de estimativas final e inicial	(38)	5	-

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pago Acumulado	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	194	239	17.549
Um ano após a ocorrência	269	247	0
Dois anos após a ocorrência	269	0	0
Posição em 31/12/2025	269	247	17.549
PSL em 31/12/2025	-	-	6.498
IBNER			94
Salvado PSL			(378)
IBNR			383
PDR			87
Total Provisão (PSL, IBNR, PDR)			6.684

Sinistros Líquidos de Resseguro

Ano de Ocorrência	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	307	242	15.229
Um ano após a ocorrência	269	247	-
Dois anos após a ocorrência	269	-	-
Posição em 31/12/2025	269	247	15.229
Diferença de estimativas final e inicial	(38)	5	-

Pago Acumulado	2023	2024	2025
No ano da ocorrência	194	239	11.011
Um ano após a ocorrência	269	247	-
Dois anos após a ocorrência	269	-	-
Posição em 31/12/2025	269	247	11.011
PSL em 31/12/2025	-	-	4.218
IBNER			32
Salvado PSL			(162)
IBNR			405
PDR			37
Total Provisão (PSL, IBNR, PDR)			4.530

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.d Teste de Adequação do Passivo

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 648 de novembro de 2021 e suas alterações, semestralmente, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), que consiste em avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro na data-base, comparando o valor apurado das estimativas correntes dos fluxos de caixa mensais com o montante de provisões deduzido das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para determinação das obrigações decorrentes dos contratos foram consideradas a sinistralidade estimada além de curvas de pagamento e cancelamento de acordo com a experiência da Seguradora, despesas administrativas relacionadas à gestão das obrigações futuras e os tributos PIS/PASEP e COFINS. Para cálculo do valor presente das obrigações foi adotada a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ET TJ) livre de risco pré-fixada definida e divulgada pela SUSEP.

Em 31 de dezembro de 2025, o Teste de Adequação do Passivo gerou necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC), visto o déficit apresentado no consolidado, conforme opção de compensação entre grupos de contratos, demonstrado a seguir.

Grupo de Contratos	(A) Provisões Técnicas ⁱ	(B) Valor Presente do Fluxo de Caixa	(C) = (A)-(B) Resultado do TAP
TOTAL	20.196	20.407	(211)

Valores em reais

i - Provisões técnicas líquidas de custos de aquisição diferidos.

15. Patrimônio líquido

Capital Social da Companhia totaliza R\$ 40.100, integralmente aprovados pela SUSEP, conforme Portarias n.º 2056/2024, 2065/2024, 2899/2025 e 2911/2025, totalizando 68.972.275 e, ações, 4.000.000 em 2024.

Adicionalmente por meio da Assembleia Extraordinárias realizada em 11 de novembro de 2025, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 19.000, atualmente submetido à aprovação da SUSEP.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do prejuízo no exercício de 2025, a Companhia não constituiu Reservas de lucro inclusive a reserva legal, nem efetuou provisão para distribuição dividendos aos acionistas. Conforme previsto no Estatuto Social, 5% do lucro líquido são destinados à constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social, sendo o saldo remanescente distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação no capital, observado o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da Companhia.

15.a Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital - Estrutura Simplificada

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	42.607	11.700
PPNG constituída (a)	27.022	-
CAD da PPNG constituído, conforme TAP (b)	6.826	-
Proj. fluxos realistas da PPNG (c)	20.407	-
Resultado PPNG Superávit/(Déficit) (d = a-b-c)	(211)	-
PCC-PPNG constituída (e)	211	-
Parcela PPNG (f = d + e)	-	-
Ativo de resseguro de PPNG constituído (g)	12.560	-
Proj. fluxos realistas do Ativo de Resseguro de PPNG (h)	9.562	-
Parcela Ativo de Resseguro de PPNG (i = g-h)	(2.998)	-
Ajuste Econômico (f + h)	(2.998)	-
Patrimônio líquido ajustado (j)	39.609	11.700
Capital base (k)	8.100	1.000
Parcela Fixa	1.200	1.000
Parcela Variável	6.900	-
Capital de Risco (l) *	7.383	-
Capital adicional de risco de subscrição	5.569	-
Capital adicional de crédito	1.935	-
Capital adicional de risco operacional	608	-
Capital adicional de risco de mercado	93	-
Capital mínimo requerido (m) [maior entre (k), (l)]	8.100	1.000
Suficiência de capital (n = j - m)	31.510	10.552
(%) Suficiência de capital (n/m)	389%	1055%
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura	17.510	3.872
Liquidez em relação ao CMR	9.410	2.872
Liquidez em relação ao CMR (% do CMR)	116%	287%

* Capital de Risco : $CR = \sqrt{(CR_{cred}^2 + CR_{merc}^2 + CR_{subs}^2 + (CR_{cred} \times CR_{subs}) + 0,5 \times (CR_{cred} \times CR_{merc}) + 0,5 \times (CR_{merc} \times CR_{subs})} + Croper$

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Detalhamento das contas de resultado

16.a Prêmios emitidos

	<u>31/12/2025</u>			
	Emitido	RVNE	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	74.290	317	(1.741)	72.419
Total	74.290	317	(1.741)	72.419

	<u>31/12/2024</u>			
	Emitido	RVNE	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	822	-	-	822
Total	822	-	-	822

16.b Variação da PPNG

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Automóvel	(27.201)	8
Total	(27.201)	8

16.c Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	<u>31/12/2025</u>	<u>Sinistralidade</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Sinistralidade</u>
Automóvel	(36.045)	80%	(336)	40 %
Total	(36.045)	80%	(336)	40%

16.d Custos de aquisição

	<u>31/12/2025</u>	<u>Comercialização</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Comercialização</u>
Automóvel	(12.255)	27%	-	0%
Total	(12.255)	27%	-	0%

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.e Resultado com resseguros
Receitas com resseguros

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros de resseguradora local	13.481	211
Sinistros de resseguradora eventual	10.003	-
Provisão desp. Salvados resseguradora local	(216)	-
Provisão desp. Salvados resseguradora eventual	(162)	-
IBNER resseguradora local	54	-
IBNER resseguradora local	40	-
Despesas de sinistros - resseguradora local	127	12
Despesas de sinistros - resseguradora eventual	92	-
Provisão recup. despesas de salvados - resseguradora local	34	-
Provisão recup. despesas de salvados - resseguradora eventual	26	-
Provisão de IBNR - resseguradora local	262	(30)
Provisão de IBNR - resseguradora eventual	196	-
Total	23.937	193

Despesas com resseguros

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguradora local	(24.335)	(411)
Prêmios de resseguradora eventual	(18.251)	-
Comissões sobre prêmios de resseguradora local	4.888	103
Comissões sobre prêmios de resseguradora eventual	3.666	-
Cancelamentos de prêmios de resseguradora local	584	-
Cancelamentos de prêmios de resseguradora eventual	438	-
Cancelamentos de comissões de resseguradora local	(117)	-
Cancelamentos de comissões de resseguradora eventual	(88)	-
Restituições de prêmios de resseguradora local	146	-
Restituições de prêmios de resseguradora eventual	109	-
Restituições de comissões de resseguradora local	(29)	-
Restituições de comissões de resseguradora eventual	(22)	-
Prêmios de resseguradora local - RVNE	(104)	-
Prêmios de resseguradora eventual - RVNE	(79)	-
Variação de ppng resseguradora local	8.955	(3)
Variação de ppng resseguradora eventual	6.729	-
Variações comissões diferidas resseguradora local	(1.806)	-
Variações comissões diferidas resseguradora eventual	(1.330)	-
Salvados e ressarcimentos resseguradora local	(1.563)	(22)
Salvados e ressarcimentos resseguradora eventual	(1.165)	-
Total	(23.374)	(333)
Resultado Líquido com Resseguro	563	(140)

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.f Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio	(11.652)	-
Despesas com serviço de terceiros	(1.434)	(750)
Despesas com localização e funcionamento	(2.219)	(1)
Despesas com publicações	(39)	-
Outras despesas administrativas	(4)	(11)
Total	(15.348)	(762)

16.g Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Cofins	(183)	(46)
PIS	(30)	(8)
Taxa de fiscalização - Susep	(523)	(241)
Outros	(48)	(16)
Total	(784)	(311)

16.h Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	2.826	1.046
Outras Receitas financeiras	19	6
Total	2.845	1.052

Despesas Financeiras

Despesas financeiras com operações de seguros	(218)	(112)
Outras	(15)	(9)
	(233)	(120)
	2.612	932

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(16.093)	(16.093)	68	68
Ajustes ao prejuízo contábil	81	81	(20)	(20)
Base de Cálculo	(16.012)	(16.012)	48	48
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Total de tributos	-	-	7	7

18. Partes Relacionadas

A Companhia adota a definição de partes relacionadas conforme estabelecido no CPC 05 (R1), considerando como parte relacionada a pessoa ou entidade que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, ou que seja membro do pessoal chave da administração da Companhia ou de sua controladora.

	Grau de Relação	A Receber	A Pagar	Resultado
Justos Brasil Participações Ltda	Controladora	-	-	
Justos Consultoria e Serviços em Seguros	Ligada	237	5.072	9.709
Total		237	5.072	9.709

19. Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia era composta por um Diretor estatutário. A remuneração total reconhecida no resultado do período, referente ao pessoal-chave da Administração, correspondeu a R\$1.156.

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Eventos Subsequentes

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Emenda Constitucional nº 132/2023, os quais substituirão, de forma gradual, tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, Cofins e ISS.

A Administração avaliou os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre as operações da Companhia, considerando que o setor de seguros está sujeito ao regime específico de tributação previsto na Lei Complementar nº 214/2025, aplicável às atividades de seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização.

Contudo, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram publicados os atos normativos infralegais necessários para a aplicação operacional do novo sistema, incluindo, entre outros: definição das alíquotas aplicáveis ao setor, critérios de apuração das bases de cálculo, regras de creditamento, parâmetros de segregação de operações e diretrizes relativas à emissão e escrituração dos documentos fiscais eletrônicos e declarações próprias do regime específico.

Adicionalmente, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 01/2025, que dispõe sobre os documentos fiscais eletrônicos a serem recepcionados pelos regulamentos do IBS e da CBS no período inicial de implementação do novo modelo, incluindo a Declaração de Regimes Específicos (DeRE), a ser instituída como documento fiscal eletrônico para registro das operações sujeitas ao regime específico. O referido ato estabelece, ainda, que, até a edição da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS e observado o prazo nele previsto, não haverá aplicação de penalidades pela ausência de registro dos campos do IBS e da CBS, sendo a apuração do ano de 2026 realizada em caráter meramente informativo, sem efeitos tributários. Não obstante esses avanços operacionais, permanecem pendentes definições normativas essenciais para a mensuração confiável dos impactos financeiros da Reforma Tributária.

Diante da ausência de regulamentação complementar e da impossibilidade de estimar com confiabilidade os efeitos financeiros decorrentes da implementação do novo modelo tributário, a Administração concluiu que a Reforma Tributária caracteriza evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, razão pela qual não foram efetuados ajustes nos saldos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará acompanhando a evolução normativa e realizará a divulgação e o reconhecimento contábil dos impactos quando houver elementos suficientes para sua mensuração confiável.



Nome: Mauricio G. Camilo Pinto
CRC nº 1SP145786/O-7

Justos Seguros S.A.

Parecer dos auditores atuariais independentes
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262KH-025-PB



Parecer dos auditores atuariais independentes

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Justos Seguros S.A.
São Paulo – SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Justos Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Justos Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente.

Responsabilidade da administração

A administração da Justos Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Justos Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Justos Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Justos Seguros S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CIBA nº 161



Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira
Atuária MIBA 3398



Grant Thornton

grantthornton.com.br

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigam umas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.